



UM PREPARATÓRIO ILIMITADO
PARA TODAS AS ETAPAS DA
SUA JORNADA

***Aqui você encontra o apoio
que precisa para conquistar
sua aprovação.***



Cadastre-se agora e comece de graça!





EDITAL Nº 01/2025 - RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA MULHER

RETIFICADO

A Presidência da Comissão de Residência Multiprofissional da Universidade Estadual da Paraíba - COREMU/UEPB, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados, que ficam abertas, durante o período constante no **Anexo I**, as inscrições da Seleção Pública de candidatos ao preenchimento de vagas para residentes no **Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher**.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A Seleção Pública destina-se ao preenchimento das vagas disponíveis no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher da Universidade Estadual da Paraíba, na modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu.
- 1.2. A **Comissão Permanente de Concursos da Universidade Estadual da Paraíba – CPCON** é a instituição especializada responsável pela execução da Seleção Pública.
- 1.3. O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher é organizado sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço, em regime máximo de 60 (sessenta) horas semanais, duração mínima de 2 (dois) anos e em regime de dedicação exclusiva, com vagas ofertadas pela Universidade Estadual da Paraíba.
- 1.4. A dedicação exclusiva impede a frequência de profissionais de saúde residentes em concomitância com qualquer outra atividade profissional ou de trabalho com recompensa indenizatória e é incompatível com a frequência a qualquer atividade formativa que exija dispensa da assiduidade integral às 60 (sessenta) horas semanais, incluindo programas de mestrado ou doutorado, conforme Despacho Orientador da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).
- 1.5. A seleção não se destina a provimento de cargo ou emprego público, portanto, a aprovação e matrícula no Programa de Residência não enseja a formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Universidade Estadual da Paraíba e/ou com as unidades de saúde.
- 1.6. O processo seletivo observará as normas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional (CNRMS) do Ministério da Educação (MEC), e a legislação correlata.
- 1.7. Para participação no processo seletivo, os candidatos deverão ter diploma de graduação ou estar em processo de formação, desde que estejam cursando o último semestre e com conclusão (colação de grau) prevista até, no máximo, a data do início do programa ao qual estão concorrendo, sendo vedada a participação na seleção de estudantes que concluirão o curso após essa data, assim como de profissionais não habilitados.
- 1.8. Os horários mencionados no presente Edital obedecerão ao horário oficial de Brasília/DF.
- 1.9. Os candidatos arcarão com todas as despesas advindas de seus deslocamentos, obrigatórios ou voluntários, referentes à sua participação no certame.
- 1.10. Não haverá, por parte da COREMU/UEPB ou da CPCON, em nenhuma hipótese, fornecimento de transporte, hospedagem e/ou alimentação para os candidatos no(s) dia(s) de prova, eximindo-se inclusive das despesas com viagem, sendo de responsabilidade dos candidatos verificarem com antecedência o local de provas disponibilizado, conforme Anexo I.
- 1.11. A seleção será realizada em fase única, constituída de avaliação de conhecimentos através de **provas escritas objetivas**, de caráter **eliminatório e classificatório**.
- 1.12. Todas as publicações do certame serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://cpcon.uepb.edu.br/coremu>, conforme Anexo I
- 1.13. O **Cronograma Provisório** consta no **Anexo I** deste edital.
- 1.14. O **Conteúdo Programático** está presente no **Anexo II** deste edital.
- 1.15. A **Declaração de Uso de Nome Social** consta no **Anexo III** deste edital.
- 1.16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital normativo, devendo preencher o formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/8RoRwjt98kYMOWkA7> no prazo informado, no **Anexo I**.

2. DAS VAGAS E DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA ADMISSÃO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

- 2.1. As 12 (doze) vagas ofertadas são distribuídas em 6 (seis) áreas de formação (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Psicologia e Serviço Social) e serão preenchidas da seguinte forma: **a primeira vaga será preenchida pelo candidato PCD (pessoa com deficiência) melhor classificado, a segunda e a terceira vaga serão preenchidas pelos candidatos PPP (pessoa preta ou parda) melhor classificados e as demais vagas serão preenchidas pelos candidatos da ampla concorrência, observando-se em todos os casos o limite total de duas vagas por área de formação, isto é, considerando candidatos da ampla concorrência e das vagas reservadas o total de vagas por área de formação é igual a 2 (dois).**
- 2.2. São requisitos mínimos para admissão no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher:
 - ter diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação em profissão da saúde, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
 - ter inscrição definitiva ou provisória nos respectivos conselhos de classe, quando aplicável;

- estar em dia com as obrigações eleitorais e no gozo dos direitos civis e políticos;
 - apresentar certificado de reservista ou dispensa do serviço militar obrigatório, em caso de candidato do sexo masculino;
 - para profissionais graduados ou pós-graduados em instituições estrangeiras, diploma revalidado, nos termos da legislação vigente;
 - para estrangeiros, a exigência de comprovação de imigração regular no Brasil e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras) emitido pelo Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);
 - para admissão na vaga para a área de Educação Física é necessária a apresentação de diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação de bacharel em educação física, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
- 2.3. É vedada a inscrição ao egresso de Programas de Residência Multiprofissional na área de concentração da Saúde da Mulher e, para os demais programas, é permitida a admissão desde que tenha participado de apenas um outro programa de residência em área de concentração distinta.
- 2.4. Entende-se como área de concentração um campo delimitado e específico de conhecimentos no âmbito da atenção à saúde e gestão do SUS.
- 2.5. O egresso de Programas de Residência não poderá pleitear qualquer equivalência com o programa anteriormente cursado.
- 2.6. A COREMU/UEPB tem a atribuição de desligar o profissional residente, a qualquer tempo, quando caracterizada a infração ao estabelecido no subitem 2.3, sob pena do ato autorizativo pela CNRMS.
- 2.7. Os candidatos aprovados e regularmente matriculados receberão, a título de bolsa, a quantia de valor bruto de R\$4.106,09 (quatro mil, cento e seis reais e nove centavos), incidindo sobre este valor todos os encargos previstos pela legislação em vigor.
- 2.8. A bolsa poderá ter seu valor reajustado conforme estabelece o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde do Ministério da Saúde (MS).
- 2.9. A bolsa será concedida por um período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de início das atividades da Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher, podendo ser cancelada, em qualquer tempo, caso o bolsista não cumpra com as suas obrigações, interrompa as atividades constantes do Plano de Trabalho apresentado no projeto do Curso ou não apresente postura ética e desempenho profissional satisfatórios no decorrer do curso.
- 2.10. As despesas com as bolsas dos residentes ficarão a cargo, única e exclusivamente, do Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e financiadas com recursos orçamentários e financeiros do Ministério da Saúde (MS), não se responsabilizando, em hipótese alguma, por seu pagamento ou reajuste eventual, a Universidade Estadual da Paraíba, a Comissão da Residência Multiprofissional ou a Comissão Permanente de Concursos.
- 2.11. O repasse dos recursos financeiros será efetuado pelo Ministério da Saúde diretamente ao Residente, conforme processo estabelecido pelo Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e será condicionado ao cadastro dos profissionais aprovados no Sistema de Informações Gerenciais do Programa Nacional de Bolsas para Residências em Saúde, do Ministério da Saúde, que deverá ser atualizado mensalmente pela coordenação das residências.

3. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

- 3.1. Estarão isentos da taxa de inscrição do Processo Seletivo para as funções ofertadas todos os candidatos que, comprovadamente, se enquadrarem no que determina a Lei Estadual nº 7.716, de 28 de dezembro de 2004 (doadores de sangue); Lei Estadual nº 8.483, de 09 de janeiro de 2008 (doadoras de leite materno); Lei Estadual nº 8.819, de 12 de junho de 2009 (doadores de medula óssea) e Lei Estadual nº 11.501, de 08 de novembro de 2019 (transplantados e doadores de medula óssea inscritos no CadÚnico).
- 3.2. Os interessados em solicitar a isenção deverão preencher formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swta8> e fazer a solicitação de isenção através da área do candidato do SIGEPS de acordo com o procedimento a seguir:
- 3.2.1. Acesse <https://sistemas.cpcon.uepb.edu.br/sigeps-app/login>
- 3.2.2. Se for cadastrado, faça seu login; caso contrário, cadastre-se e faça seu login
- 3.2.3. Clique em Concursos
- 3.2.4. No banner desta Seleção Pública, clique em “TENHO INTERESSE”
- 3.2.5. Clique em “SOLICITAR ISENÇÃO”
- 3.2.6. Selecione o tipo da isenção
- 3.2.7. No campo “Descrição da solicitação de Isenção”, digite “Solicito Isenção”
- 3.2.8. Clique em “SOLICITAR ISENÇÃO”
- 3.2.9. Acesse <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swta8>
- 3.2.10. Preencha as informações solicitadas, inclusive inserindo a documentação informada no subitem a seguir:
- 3.3. Para análise da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve enviar documentação, no formulário disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swta8>
- 3.3.1. Facultativamente, em todos os casos, o Anexo IV deste edital, corretamente preenchido.
- 3.3.2. Obrigatoriamente, no caso de doador de medula óssea, doadora de leite materno ou doador de sangue, declaração do órgão competente com as datas das doações;

- 3.3.3. Obrigatoriamente, no caso de enquadrar-se na Lei Estadual nº 11.501/2019, o candidato deverá encaminhar extrato do NIS, comprovando pertencer à família inscrita no CadÚnico e declaração hospitalar certificando que o candidato é transplantado ou doador.
- 3.3.4. Facultativamente, cópia de documento oficial com foto com número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.
- 3.4. O requerimento de isenção é realizado exclusivamente via internet e somente será considerada válida a última solicitação de isenção.
- 3.5. As informações prestadas pelo candidato são de sua inteira responsabilidade, respondendo civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.
- 3.6. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:
 - 3.6.1. Deixar de efetuar a solicitação de isenção, conforme subitem 3.2;
 - 3.6.2. Não encaminhar a documentação comprobatória informada no subitem 3.3;
 - 3.6.3. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - 3.6.4. Não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste capítulo;
 - 3.6.5. Não teve sua condição verificada após validação de dados;
- 3.7. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas na lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979.
- 3.8. A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo-se ou não seu pedido.
- 3.9. O candidato que não cumprir o disposto neste capítulo será excluído do processo de isenção.
- 3.10. O candidato que tiver sua solicitação de isenção **indeferida**, poderá encaminhar recurso para a CPCCon, conforme as normas definidas no capítulo 13.
- 3.11. O candidato, independentemente de ter seu requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido ou indeferido, deverá, no prazo previsto no Anexo I, realizar sua inscrição e, caso tenha seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e/ou seu recurso indeferidos, deverá gerar o boleto correspondente e efetuar seu pagamento até a data limite.
- 3.12. Caso o candidato tenha sua isenção indeferida, mesmo após a interposição do recurso, deverá gerar o boleto e efetuar o pagamento para ter sua inscrição homologada.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. A inscrição do candidato implicará na ciência e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor da taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para a Seleção Pública.
- 4.3. No momento da inscrição, o candidato deverá assinalar concordância com os termos que constam neste Edital, acarretando a aceitação de que seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção. Concorda também com a autorização da divulgação do nome, número de inscrição, critério de desempate e nota, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 4.4. Não serão fornecidas a terceiros informações e/ou dados pessoais, sensíveis ou não, de outros candidatos.
- 4.5. As inscrições ficam abertas por meio da internet durante o período informado no Anexo I e serão realizadas exclusivamente pela internet, não sendo enviado e-mail com confirmação de inscrição.
- 4.6. Para efetuar a inscrição o candidato deverá acessar a área do candidato do SIGEPS, de acordo com o procedimento a seguir:
 - 4.6.1. Acesse <https://sistemas.cpccon.uepb.edu.br/sigeps-app/login>
 - 4.6.2. Se for cadastrado, faça seu login; caso contrário, cadastre-se e faça seu login.
 - 4.6.3. Clique em Concursos
 - 4.6.4. No banner desta Seleção Pública, clique em “TENHO INTERESSE”
 - 4.6.5. Clique em “QUERO ME INSCREVER”
 - 4.6.6. Selecione o nível de escolaridade, o cargo único “residente” e, em localidade, a área de formação.
 - 4.6.7. Caso necessite de atendimento especial durante a realização da prova, clique em “sim” e informe o tipo de atendimento. LEMBRE DE PREENCHER O FORMULÁRIO DISPONÍVEL EM <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swt8> ANEXANDO A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA NECESSIDADE ESPECIAL.
 - 4.6.8. Caso haja vaga reservada para pessoa com deficiência e queira concorrer a ela, clique em “sim”. LEMBRE DE PREENCHER O FORMULÁRIO DISPONÍVEL EM <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swt8> ANEXANDO A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA RESERVA DE VAGA.
 - 4.6.9. Caso tenha exercido a função de jurado e queira ter o benefício no critério de desempate, clique em “sim”. LEMBRE DE PREENCHER O FORMULÁRIO DISPONÍVEL EM <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swt8>, ANEXANDO A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE JURADO.
 - 4.6.10. Após a leitura integral deste edital, declare conhecer e aceitar todas as normas do edital da seleção clicando no campo correspondente.
 - 4.6.11. Clique em “CONFIRMAR INSCRIÇÃO”
 - 4.6.12. Responda a caixa de diálogo “Está certo de que deseja se inscrever neste Concurso?” pressionando OK.

- 4.6.13. Caso tenha seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e/ou seu recurso indeferidos, clique em “GERAR BOLETO”.
- 4.6.14. Imprima o boleto bancário, com o valor total do documento correspondente à taxa de inscrição e efetue o pagamento.
- 4.7. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na não efetivação da inscrição.
- 4.8. O valor da taxa de inscrição será de R\$200,00 (duzentos reais).
- 4.9. O boleto bancário deverá ser quitado até a data prevista no Anexo I.
- 4.10. Não serão consideradas válidas para efeito de homologação de inscrição o pagamento do boleto bancário através de depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (FAX), DOC, TED, PIX, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
- 4.10.1. Eventual ingresso financeiro em conta da Universidade Estadual da Paraíba diverso do pagamento de boleto bancário não será reembolsável, implicando na não efetivação da inscrição e sendo tratado como doação para o ente público.
- 4.11. As informações prestadas no formulário eletrônico de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se às partes contratantes o direito de excluir da Seleção Pública aquele que não preencher o formulário de forma completa e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.
- 4.12. Não serão aceitos pedidos de alteração de cargo depois de efetuada a inscrição ou mesmo transferência de titularidade da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.
- 4.12.1. Fica vedada a devolução da taxa de inscrição, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência ou interesse da COREMU/UEPB, hipótese em que os candidatos deverão aguardar recebimento de comunicação eletrônica por parte da CPCCon com as instruções para solicitação da devolução da taxa de inscrição.
- 4.12.2. Após eventual comunicação eletrônica de que trata o subitem anterior, o candidato deverá encaminhar a solicitação com toda a documentação que lhe for solicitada no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de a taxa de inscrição ser convertida em doação em favor da Universidade Estadual da Paraíba.
- 4.13. A CPCCon não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.
- 4.14. No ato da inscrição o candidato deve informar se necessita de atendimento especial e enviar a documentação comprobatória através do formulário disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swta8>, observando em todo o caso o disposto no capítulo 6.
- 4.15. O candidato transgênero/travesti/transsexual que desejar ser tratado pelo nome social durante a realização das fases do certame deverá, conforme prazos descritos no Anexo I deste Edital:
- 4.15.1. Assinalar no sistema de inscrição a opção correspondente à utilização de nome social durante a realização das provas, informando o nome pelo qual deseja ser tratado;
- 4.15.2. Imprimir, preencher e assinar a declaração que se encontra no Anexo III deste Edital, enviando-a até o término das inscrições, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swta8>.
- 4.16. O candidato que tenha exercido a função de jurado após a publicação da Lei nº 11.689/2008 e deseje ser reconhecido o exercício de tal função, deverá solicitar, durante o prazo previsto no Anexo I, a participação no certame nessa condição, encaminhando documento que comprove a sua participação no pleito, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swta8>.
- 4.16.1. Não será considerado como documento que comprove a condição referida no caput a carta de intimação para comparecer à sessão do Tribunal do Júri, devendo ser enviada declaração de comparecimento ou certidão emitida por servidor atestando a efetiva participação do candidato na função de jurado.
- 4.17. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente o estabelecido neste Edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS

- 5.1. Em cumprimento ao disposto no Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, será reservado o percentual de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) do total das vagas existentes, ficando reservada 1 vaga para pessoas com deficiência (PCD).
- 5.2. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atividades da residência multiprofissional é obstativa à matrícula no Programa, não obstante a inscrição ou o exercício das atividades a utilização de material tecnológico de uso habitual.
- 5.3. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
- 5.3.1. De forma particular, à luz do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:
- deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
 - deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

- deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
 - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
 - comunicação;
 - cuidado pessoal;
 - habilidades sociais;
 - utilização dos recursos da comunidade;
 - saúde e segurança;
 - habilidades acadêmicas;
 - lazer; e
 - trabalho.
 - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.
- 5.3.2. Também são considerados pessoa com deficiência, o portador de visão monocular, de acordo com a Lei Estadual nº 9.899, de 05 de outubro de 2012, o candidato com transtorno do espectro autista, nos termos da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o candidato com surdez unilateral, nos termos da Lei Estadual nº 10.971, de 19 de setembro de 2017, o candidato com doença renal crônica, nos termos da Lei Estadual nº 11.299, de 23 de janeiro de 2019, o candidato com fibromialgia, nos termos da Lei Estadual nº 13.265, de 27 de maio de 2024, e o portador de má-formação congênita Fissura Labiopalatina e/ou anomalias craniofaciais, e síndromes correlatas, salvo aquelas consideradas reabilitadas, de acordo com a Lei Estadual nº 13.574, de 06 de março de 2025.
- 5.4. As pessoas com deficiência concorrerão apenas entre si e participarão em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.
- 5.5. Se a pessoa com deficiência necessitar de atendimento especial para realização da prova objetiva, deverá requerê-lo nos termos do capítulo 6 e do subitem 4.6.7.**
- 5.6. No período de inscrições, o candidato deverá encaminhar, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bkv5SwtA8>, laudo médico digitalizado que tenha sido expedido em no máximo 1 (um) ano antes do início das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 5.6.1. No caso de deficiências congênitas ou adquiridas irreversíveis, será aceito laudo ou outro documento médico com prazo superior a 1 (um) ano, desde que conste expressamente a irreversibilidade da deficiência ou que, caso não esteja expresso, seja facilmente percebida a irreversibilidade da deficiência em simples análise da documentação.
- 5.6.2. O envio da documentação para concorrer à vaga reservada a pessoa com deficiência não exige o candidato de enviar a documentação para atendimento especial caso deseje.
- 5.6.3. Os candidatos que, dentro do período de inscrições, não encaminharem a documentação comprobatória de sua deficiência perderão o direito a concorrer às vagas reservadas, passando a concorrer às vagas destinadas à ampla concorrência.
- 5.7. A publicação do resultado final do certame será feita em lista única contendo a pontuação dos candidatos que concorreram às vagas da ampla concorrência e a pontuação dos candidatos que concorreram às vagas reservadas a pessoas com deficiência.
- 5.8. A pessoa com deficiência que tenha sido aprovada na Seleção Pública deverá submeter-se a perícia médica a ser realizada por equipe multiprofissional indicada pela COREMU/UEPB, composta por profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, objetivando verificar se a deficiência se enquadra em previsão normativa, bem como avaliar a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo a ser ocupado, observadas, ainda, as seguintes disposições:
- 5.8.1. A avaliação multiprofissional tem caráter terminativo;
- 5.8.2. A avaliação é condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original e terá por base laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 5.8.3. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato à avaliação multiprofissional.
- 5.8.4. Será eliminado da Seleção a pessoa com deficiência incompatível com o cargo pretendido, após análise da equipe de avaliação multiprofissional.
- 5.8.5. A data e local da perícia médica será divulgada pela COREMU/UEPB por ocasião da convocação das pessoas com deficiência.
- 5.9. As vagas reservadas a pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no certame ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem classificatória.
- 5.10. Ficam reservadas à população negra 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas, considerando o disposto a seguir, nos termos da Lei Estadual nº 12.169/2021:
- 5.10.1. A reserva de vagas é obrigatória, nos termos do §1º do art. 1º da Lei Estadual nº 12.169/2021, sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a 3 (três).
- 5.10.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), conforme §2º do art. 1º, da Lei Estadual nº 12.169/2021.

- 5.10.3. Nos termos do §3º do art. 1º da Lei Estadual nº 12.169/2021, para fazer jus à reserva de vagas, o candidato deve ter cursado, pelo menos, um ano do ensino médio em escola pública e deverá, no momento do preenchimento da inscrição, comprovar renda bruta familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio), mediante apresentação das cópias das duas últimas declarações do IRPF e do recibo de entrega de todos os membros da família que declaram ou, em caso de inexistência desta, outro meio comprobatório idôneo que comprove a situação específica de cada integrante do grupo familiar.
- 5.11. Poderão concorrer às vagas reservadas à população negra aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição do Processo Seletivo, conforme o quesito “cor” ou “raça”, utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e que contemplem os requisitos indicados na Lei Estadual nº 12.169/2021, sendo vedada qualquer solicitação por parte do candidato após a conclusão da inscrição, sendo considerada autodeclaração a informação constante no cadastro do candidato no SIGEPS.
- 5.12. Atendendo à determinação legal, ficam reservadas 2 vagas para candidatos negros.
- 5.13. No período de inscrições, o candidato deverá encaminhar, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swt8>, a documentação que comprove atender aos requisitos legais, conforme subitem 5.10.3 deste edital, não sendo analisados os documentos enviados fora do prazo.
- 5.14. Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não encaminharem a documentação e não se declararem pretos ou pardos no cadastro, perderão o direito de concorrer às vagas reservadas, passando a concorrer às vagas da ampla concorrência.
- 5.15. A autodeclaração do candidato goza de presunção relativa de veracidade, sendo eliminado do certame e, se houver sido nomeado, ficando sujeito à anulação da sua admissão, após procedimento administrativo em que se lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, na hipótese de constatação de declaração falsa, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 12.169/2021.
- 5.16. Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, no caso de aprovação e classificação, passarão por procedimentos realizados pela Comissão de Heteroidentificação, com vistas a validar a autodeclaração apresentada no ato da inscrição.
- 5.17. Será eliminado da Seleção Pública o candidato preto ou pardo que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração ou que não for reconhecido como preto ou pardo pela Comissão de Heteroidentificação.
- 5.18. Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos pretos ou pardos aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
- 5.19. O candidato preto ou pardo que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste capítulo, não poderá alegar a referida condição em seu benefício e não será facultado impetrar recurso em favor de sua condição.
- 5.20. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em lista única contendo a pontuação dos candidatos que concorreram às vagas da ampla concorrência e a pontuação dos candidatos que concorreram às vagas reservadas a pretos e pardos.
- 5.20.1. As vagas definidas para os candidatos pretos e pardos que não forem providas por falta de candidatos ou por reprovação na Seleção Pública serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância à ordem classificatória.
- 5.21. A não observância, pelo candidato, de quaisquer das disposições deste capítulo implicará a perda do direito à matrícula para as vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas.
- 5.22. A não observância, pelo candidato, de quaisquer disposições a respeito da reserva de vagas implicará na perda do direito à nomeação para a vaga reservada.
- 5.23. A documentação enviada pelos candidatos será válida apenas para o presente certame.

6. DO ATENDIMENTO ESPECIAL

- 6.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para realização da prova deverá solicitá-la no ato da inscrição, selecionando o tipo de atendimento desejado e encaminhar, através de formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/zCetkha8bky5Swt8>, documento assinado por médico da especialidade relacionada ao atendimento que comprova a necessidade desejada.
- 6.2. Caso o candidato após concluir sua inscrição, necessite de atendimento especial para realização da prova, deverá solicitá-lo até o término das inscrições, enviando o documento assinado por médico da especialidade relacionada ao atendimento que comprove a necessidade desejada da forma especificada no item anterior.
- 6.2.1. O atendimento de necessidade especial concedido a candidato que não enviar a documentação até o término das inscrições dependerá da conveniência e oportunidade administrativas, podendo ser negado se houver impossibilidade de atendê-lo.
- 6.2.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 6.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar atendimento especial nos termos deste Edital, informando a opção “Atendimento Especial” em campo próprio do sistema de inscrição e enviar a certidão de nascimento da criança ou documento expedido por médico atestando que, no dia do certame, a candidata irá amamentar.
- 6.3.1. A candidata lactante deverá, obrigatoriamente, levar um acompanhante adulto no dia de aplicação das provas, que ficará em sala reservada, sendo responsável pela guarda do lactente (o bebê) durante a realização das provas.
- 6.3.2. É vedado ao acompanhante da candidata lactante o acesso às salas de provas.

- 6.3.3. O acompanhante da candidata lactante deverá cumprir as obrigações constantes deste Edital, inclusive em relação ao horário de fechamento dos portões, sob pena de eliminação da candidata lactante na Seleção Pública.
- 6.3.4. Qualquer contato entre a candidata lactante e o acompanhante responsável durante a realização das provas deverá ser presenciado por um fiscal.
- 6.3.5. Não será permitida a entrada do lactente e de seu acompanhante responsável após o fechamento dos portões.
- 6.3.6. A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactente.
- 6.3.7. Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência do lactente (o bebê) no local de realização de prova sem a presença de um acompanhante adulto.
- 6.4. Às pessoas com deficiência visual (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas impressas em folha de formato A3.
- 6.4.1. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 6.5. Às pessoas com deficiência visual (com perda de visão total) que solicitarem atendimento de leitor, será oferecido automaticamente o atendimento de transcritor e concedido o tempo adicional de 1h.
- 6.6. Às pessoas com necessidade de tempo adicional, ser-lhes-á concedido o tempo de 1h, sendo necessário que conste, no documento médico encaminhado durante o período das inscrições, expressa necessidade de tempo adicional.
- 6.7. Às pessoas com outro tipo de necessidade especial, ser-lhes-á concedido o atendimento de acordo com a razoabilidade do pedido, devendo constar expressamente em documento médico a necessidade e o motivo da concessão.
- 6.8. O ATENDIMENTO ESPECIAL NÃO SERÁ CONCEDIDO AUTOMATICAMENTE AOS CANDIDATOS QUE SE INSCREVEREM NAS VAGAS RESERVADAS, SENDO NECESSÁRIO EXPRESSAMENTE DIZER QUAL O ATENDIMENTO SOLICITADO.

7. DA PROVA OBJETIVA

- 7.1. A prova objetiva tem caráter eliminatório e classificatório e as áreas temáticas, número de questões e o respectivo peso são os especificados no quadro abaixo:

ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	10	2,0
Conhecimentos relacionados à Saúde Coletiva	20	3,0
Conhecimentos específicos da Área de Formação	30	5,0

- 7.2. Para efeito do cálculo da nota da prova objetiva, será utilizado o seguinte modelo matemático:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n \lambda_i P_i}{10}$$

Onde:

n = número de áreas temáticas

P = peso da área temática

λ = pontuação obtida

- 7.3. As provas objetivas têm pontuação máxima igual a 1.020 (mil e vinte) pontos e para saber quanto vale cada questão de uma determinada área temática, dividimos a pontuação máxima pelo número de questões.

Exemplo: Há 10 questões de Língua Portuguesa, logo cada questão valerá $\frac{1020}{10} = 102$ pontos.

- 7.4. As provas objetivas serão compostas por 60 (sessenta) questões, todas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas e somente 01 (uma) dentre elas deverá ser assinalada como correta.
- 7.5. A data de realização da prova objetiva consta no Anexo I, devendo-se observar que as provas ocorrerão pela **manhã**.
- 7.5.1. Durante o período da manhã, os portões serão abertos às 7h0min0s e fechados às 7h45min0s, às provas iniciar-se-ão às 8h0min0s e serão concluídas às 12h0min0s, podendo o candidato sair do local de provas a partir das 10h0min0s.
- 7.5.2. O candidato que se ausentar antes de decorridas 2 (duas) horas do início da prova será eliminado da Seleção Pública.
- 7.5.3. Havendo alteração da data prevista, a prova poderá ocorrer em domingos ou feriados, excetuando-se os sábados.
- 7.6. As provas objetivas serão realizadas em Campina Grande - PB e, caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, a CPCon reserva-se ao direito de alocá-los em cidades onde existe outro *campus* da Universidade Estadual da Paraíba, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
- 7.7. A CPCon e a COREMU/UEPB não se responsabilizarão por eventuais coincidências de datas e horários de provas e quaisquer outras atividades.
- 7.8. As informações sobre o horário, local, sala e carteira onde o candidato realizará sua prova serão disponibilizadas na área do candidato conforme determinado no Anexo I, sendo de inteira responsabilidade do candidato obter a informação, o qual só poderá realizar a prova na data, horário e local constantes no Cartão de Inscrição.
- 7.9. Somente será admitido acesso à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original com foto que o identifique, sendo considerada válida a cópia autenticada.

- 7.9.1. Considera-se como documento válido para identificação do candidato: cédula de identidade (RG) expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal; a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros; a identidade expedida por conselho de fiscalização profissional nos casos em que tenham validade como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o Certificado de Reservista ou o Certificado de Dispensa de Incorporação; a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.
- 7.9.2. Não será considerada válida foto de documento de identidade, pois esta não se confunde com documento digital.
- 7.9.3. O documento digital que tenha validade de documento de identidade com foto (e-título, CNH digital, identidade digital, por exemplo) será aceito apenas se acessado o aplicativo na frente dos fiscais, não sendo válida a captura de tela nem sendo garantido ao candidato conexão wi-fi para acesso à internet.
- 7.9.4. O cartão de inscrição não terá validade como documento de identidade.
- 7.10. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, não podendo o candidato justificar sua ausência pelo desconhecimento sobre a realização da prova, caracterizando-a como desistência do candidato e eliminação no certame.
- 7.11. A CPCCon solicitará aos candidatos, durante a aplicação das provas, a identificação digital na folha de respostas, bem como a transcrição da frase que estará destacada na capa do caderno de prova para a folha de respostas.
- 7.12. Na realização da prova escrita objetiva serão fornecidos o caderno de prova e a folha de respostas com os dados do candidato para aposição da assinatura em campo próprio e transcrição das respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul produzida em material transparente.
 - 7.12.1. O candidato que receber seu caderno de prova e/ou folha de respostas com quaisquer falhas de impressão, em branco ou para cargo diferente do escolhido não será prejudicado, devendo comunicar o fato ao fiscal de sala para registro em ata e requerer caderno de prova e/ou folha de respostas reserva, não sendo aceitos recursos em momento posterior à aplicação das provas, assumindo para si a responsabilidade caso não proceda conforme este subitem.
 - 7.12.2. O candidato deverá assinalar a folha de respostas, único documento válido para a correção da prova, sendo seu preenchimento de inteira responsabilidade dele, que deverá proceder conforme as instruções específicas contidas no caderno de provas e na folha de respostas, não havendo substituição da folha de respostas por erro do candidato, o qual irá se responsabilizar inteiramente por prejuízos advindos de marcações feitas de forma incorreta na folha de respostas.
- 7.13. O candidato deverá comparecer ao local de prova designado pela CPCCon munido de caneta esferográfica de tinta preta ou azul produzida em material transparente para preencher os alvéolos na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitida a utilização de nenhum outro material para realização da prova.
 - 7.13.1. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
 - 7.13.2. Não deverá ser feita pelo candidato nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, à transcrição da frase ou à assinatura, sob pena de impossibilidade de leitura da folha de respostas.
- 7.14. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de celular, aparelhos eletrônicos, relógio, máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou empréstimo de material.
- 7.15. Ao terminar a prova, o candidato deverá comunicar o fiscal e entregar a este a folha de respostas e o caderno de provas, sob pena de eliminação, do candidato que se recusar a entregar.
- 7.16. Caso o candidato seja um dos últimos 3 (três) candidatos a entregar a prova, deverá permanecer na sala até o término das provas para assinar a ata de sala, devendo ser registrada em ata a eventual recusa a permanecer no local de provas, justificando-a.
- 7.17. Motivará a eliminação do candidato na Seleção Pública, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou na legislação que regule o certame, nos comunicados, nas instruções ao candidato ou nas instruções constantes na prova, bem como o desacato a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 7.18. Será excluído da Seleção Pública o candidato que:
 - 7.18.1. apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
 - 7.18.2. não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
 - 7.18.3. não apresentar documento que bem o identifique;
 - 7.18.4. ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
 - 7.18.5. apresentar-se após o fechamento dos portões, conforme indicado nos subitens 7.5.1 e 7.5.2;
 - 7.18.6. ausentar-se do local de provas antes de decorridas duas horas do início da prova escrita objetiva;
 - 7.18.7. for surpreendido em comunicação com outras pessoas, portando ou utilizando-se de livro, anotação, impressos, bem como máquina calculadora ou similar;
 - 7.18.8. se mantiver em uso ou posse de relógios de quaisquer tipos, bonés, lenços, e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, caneta ou lápis não transparente, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares) bem como protetores auriculares no interior da sala de aplicação da prova ou em qualquer local do setor da prova no horário de aplicação da mesma, sendo eliminado o candidato cujo aparelho celular ou equipamento eletrônico vibre e/ou soe alarme ou algum toque de chamada no interior da sala, corredores, banheiros ou qualquer ambiente do setor de provas, sem direito a recursos;
 - 7.18.9. for pego portando celular ou equipamento similar na ida ao banheiro ou aos locais específicos para tomar água durante o horário de realização das provas;
 - 7.18.10. abrir o saco plástico lacrado no interior da sala de prova;
 - 7.18.11. fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio não autorizado neste Edital, exceto no caderno de prova;

- 7.18.12. estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- 7.18.13. lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- 7.18.14. não devolver a folha de respostas e o caderno de provas ao término de sua prova;
- 7.18.15. não devolver a folha de respostas e o caderno de provas quando informado sobre o fim do tempo para a prova;
- 7.18.16. perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 7.19. Não será permitida a entrada do candidato na sala de prova com quaisquer dos objetos indicados no subitem 7.18.8, devendo eles serem acondicionados desligados e lacrados em saco plástico fornecido pela CPCCon.
- 7.19.1. Somente será permitida a permanência do uso de protetor auricular se apresentado documento médico que ateste a necessidade da permanência, ficando o documento na posse da CPCCon.
- 7.20. Por ocasião da realização da prova escrita objetiva:
 - 7.20.1. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas.
 - 7.20.2. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até o término das provas, devendo assinarem a ata da sala, atestando a idoneidade da fiscalização da prova, e saírem da sala de uma só vez, sendo registrada em ata na presença destes candidatos o horário de término da prova.
 - 7.20.3. Se algum dos três últimos candidatos se recusar a permanecer na sala de provas, deverá ser registrada em ata a justificativa e este candidato deverá assinar a ata colocando o horário em que saiu da sala, atestando a idoneidade da fiscalização da prova até o momento em que se ausentou do local de provas.
 - 7.20.4. Quando, após a prova, for constatado, por qualquer meio que seja, que algum candidato utilizou quaisquer meios ilícitos, este será eliminado do certame.
 - 7.20.5. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento do candidato da sala de prova.
 - 7.20.5.1. Não se considera afastamento do candidato da sala de prova o deslocamento da candidata lactante para a sala de amamentação bem como seu retorno da sala de amamentação para a sala de prova.
- 7.21. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.
- 7.22. As questões da prova escrita objetiva, o gabarito provisório e o gabarito definitivo serão divulgados no endereço eletrônico <http://cpcon.uepb.edu.br/coremu>, conforme previsto no Anexo I deste Edital.
- 7.23. Não será objeto de avaliação nas provas deste certame a legislação promulgada após a publicação deste Edital, sendo possível avaliar legislação que, publicada em data anterior, esteja na *vacatio legis*.
- 7.24. Será eliminado do certame o candidato que na Prova Escrita Objetiva acertar menos de 600,00 (seiscentos) pontos na média ou obtiver nota zero em qualquer uma das Áreas Temáticas.
- 7.25. O candidato deverá guardar em bolsas ou sacos plásticos, entregues pela CPCCon, quaisquer objetos, exceto o documento oficial de identidade com foto e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul fabricada em material transparente.
- 7.26. Após o término da prova, o candidato deverá deixar imediatamente as dependências do local de prova, sendo terminantemente proibido ao mesmo fazer contato com candidatos e/ou abrir o saco plástico entregue pela CPCCon na sala de prova, sob pena de eliminação dele no certame.
- 7.27. Ao candidato é igualmente proibido abrir sacola, bolsa, mochila ou objetos congêneres na sala de prova, sob pena de eliminação dele no certame.
- 7.28. A avaliação da prova será realizada por sistema eletrônico de processamento de dados, consideradas para esse efeito, exclusivamente, as marcações transferidas para a folha de respostas, sendo este o único documento válido para avaliação do candidato.
- 7.29. Aos candidatos que tiverem seu pedido de atendimento especial deferido, serão asseguradas provas e/ou locais especiais, a depender das necessidades específicas.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

- 8.1. A classificação dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente das notas obtidas nas provas, por cargo de opção, sendo considerado eliminado o candidato que obtiver a nota inferior a 600,00 (seiscentos pontos).
- 8.2. Na hipótese de igualdade da nota final e como critério de desempate, terá como preferência, sucessivamente, o candidato que:
 - 8.2.1. Se enquadrar no Estatuto do Idoso na data da publicação do resultado final e tiver maior idade, considerando-se ano, mês e dia (Lei nº 10.741/2003);
 - 8.2.2. Caso não se enquadre no Estatuto do Idoso, obtiver maior nota na área temática de:
 - 8.2.2.1. Conhecimentos específicos da Área de Formação;
 - 8.2.2.2. Conhecimentos relacionados à Saúde Pública
 - 8.2.2.3. Língua Portuguesa.
 - 8.2.3. Durante o período de inscrições tiver comprovado o efetivo exercício da função de jurado após a publicação da Lei nº 11.689/2008;
 - 8.2.4. Não sendo idoso nos termos legais, tiver maior idade, considerando-se ano, mês e dia;
 - 8.2.5. Persistindo o empate, o desempate será realizado considerando melhor classificado o candidato que tiver efetuado sua inscrição primeiro, considerando o id na tabela do banco de dados do sistema.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. Serão admitidos recursos quanto:

- 9.1.1. ao indeferimento de isenção;
- 9.1.2. ao indeferimento de inscrição;
- 9.1.3. ao indeferimento da solicitação para enquadramento na função de jurado;
- 9.1.4. ao indeferimento da solicitação para concorrer às vagas reservadas;
- 9.1.5. ao indeferimento da solicitação de condição especial para a prova objetiva;
- 9.1.6. às questões das provas e gabaritos preliminares;
- 9.1.7. ao resultado preliminar da banca de heteroidentificação.
- 9.2. O prazo para interposição de recursos dos subitens supracitados, após a concretização do evento que lhes disser respeito, terá como termo inicial o 1º dia subsequente à data do evento a ser recorrido e o prazo de 2 (dois) dias.
- 9.3. Serão admitidos apenas recursos do próprio candidato, sendo vedada a interposição de recursos para contestar notas e/ou colocações de outros candidatos.
- 9.4. Os recursos deverão ser interpostos através da área do candidato por intermédio do endereço disponibilizado em <https://sistemas.cpcon.uepb.edu.br/sigeps-app/login>.
- 9.5. O texto do recurso deve ser inserido sem formatação, estando o candidato ciente de que o recurso é automaticamente enviado quando se pressiona a tecla *Enter* do teclado ou quando se pressiona o botão enviar na página do recurso, não sendo possível editar o recurso.
- 9.6. O recurso extemporâneo e o intempestivo não serão aceitos, nem os enviados por fac-símile (fax), telex, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.
- 9.7. A Comissão Permanente de Concursos constitui a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 9.8. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo não serão avaliados.
- 9.9. O gabarito provisório poderá ser alterado em função dos recursos impetrados ou de ofício, sendo as provas corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, divulgado após o prazo recursal.
- 9.10. As respostas dos recursos interpostos ficarão disponíveis na área do candidato que o interpôs.

10. DA MATRÍCULA

- 10.1. O resultado final da Seleção Pública será encaminhado pela CPCCon à COREMU/UEPB, que ficará responsável pela matrícula e publicará, ainda, edital específico disciplinando a convocação do candidato aprovado como PCD para a avaliação biopsicossocial e a convocação dos candidatos aprovados como PPP para a banca de heteroidentificação.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. O candidato pode ser enquadrado nas seguintes situações nesta Seleção Pública:
 - 11.1.1. ELIMINADO, se foi eliminado por qualquer motivo, inclusive ausência.
 - 11.1.2. CLASSIFICADO, se fez todas as provas, atingiu a pontuação mínima e não ficou posicionado dentro das vagas.
 - 11.1.3. APROVADO, se fez todas as provas, atingiu a pontuação mínima e ficou posicionado dentro das vagas.
- 11.2. Todas as convocações, inclusive após a publicação do resultado final, serão de responsabilidade da COREMU/UEPB.
 - 11.2.1. Encontrar-se-ão disponíveis no endereço eletrônico <http://cpcon.uepb.edu.br/coremu>, todas as publicações de eventos ocorridos relacionados ao certame, ocorridos entre a publicação deste Edital e o resultado final, inclusive.
- 11.3. Não será fornecido ao candidato qualquer certidão, declaração ou documento congêneres a fim de atestar sua classificação na Seleção Pública valendo, para esse fim, o resultado final publicado.
- 11.4. A CPCCon ficará responsável apenas pela divulgação do resultado final no endereço eletrônico <http://cpcon.uepb.edu.br/coremu>, de modo que todas as convocações, inclusive após a publicação do resultado final, serão de responsabilidade da COREMU/UEPB, cabendo ao candidato acompanhar todas as convocações através dos meios oficiais de publicação dos atos da referida Comissão, inclusive para a banca de heteroidentificação e avaliação multiprofissional, respectivamente, para os candidatos aprovados dentro das vagas reservadas à PPP e da vaga reservada à PCD.
- 11.5. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, verificadas a qualquer tempo, acarretarão a eliminação do candidato, sem prejuízo de eventual sanção cível, criminal e/ou administrativa.
- 11.6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções especiais para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 11.7. Somente será objeto de avaliação nas provas da Seleção Pública, a legislação promulgada até a publicação deste Edital, sendo possível avaliar legislação que, publicada em data anterior, esteja na vacatio legis.
- 11.8. O acompanhamento das publicações de editais, avisos e comunicados pertinentes à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato, não sendo prestadas por telefone ou e-mail informações relativas à aplicação das provas nem ao resultado deste certame.
- 11.9. É de inteira responsabilidade do candidato manter seu endereço, inclusive o eletrônico, e telefone atualizados para viabilizar os contatos necessários.
- 11.10. A COREMU/UEPB e a CPCCon não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
 - 11.10.1. endereço não atualizado;
 - 11.10.2. endereço de difícil acesso;
 - 11.10.3. correspondência devolvida por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

- 11.10.4. correspondência recebida por terceiros.
- 11.11. Após 180 (cento e oitenta) dias, os cadernos de provas, as folhas de resposta e o material utilizado na realização do certame serão desprezados.
- 11.12. A COREMU/UEPB, bem como a CPCCon, poderão alterar as datas apresentadas no Anexo I, caso seja necessário, sem que haja ressarcimento da taxa de inscrição de quaisquer dos candidatos inscritos.
- 11.13. Os casos omissos ou em que houver quaisquer dúvidas serão resolvidos pela COREMU/UEPB e/ou pela CPCCon, no qual cada um couber.
- 11.14. O início das atividades ocorrerá no mês de Março de 2026.

Campina Grande, 12 de janeiro de 2026.

Giselda Felix Coutinho

Presidente da Comissão de Residência Multiprofissional da Universidade Estadual da Paraíba



ANEXO I - CRONOGRAMA PROVISÓRIO

EVENTO	DATA
Período para impugnação ao edital	07/01/2026 a 08/01/2026
Resposta às impugnações	12/01/2026
Período de solicitação de isenção	12/01/2026 a 13/01/2026
Data limite para envio, via formulário eletrônico, da documentação referente à solicitação de isenção	14/01/2026
Publicação da listagem preliminar dos candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição	28/01/2026
Interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção	29/01/2026 a 30/01/2026
Publicação da listagem dos candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição (após recursos)	04/02/2026
Período das inscrições	12/01/2026 a 08/02/2026
Período de solicitação de atendimento especial	12/01/2026 a 08/02/2026
Período de solicitação para participação do critério de desempate na condição de jurado	12/01/2026 a 08/02/2026
Período de solicitação para concorrer às vagas reservadas	12/01/2026 a 08/02/2026
Período de solicitação para utilização do nome social	12/01/2026 a 08/02/2026
Data limite para envio, via formulário eletrônico, da documentação referente à solicitação de atendimento especial, ao reconhecimento do exercício da função de jurado, ao laudo para concorrer às vagas reservadas a Pessoas com Deficiência e/ou utilização do nome social	09/02/2026
Data limite para pagamento do boleto bancário referente à taxa de inscrição	09/02/2026
Publicação da listagem preliminar das inscrições homologadas e não homologadas	11/02/2026
Publicação da listagem preliminar dos candidatos com atendimento especial	11/02/2026
Publicação da listagem preliminar dos candidatos deferidos e indeferidos para concorrerem na condição de jurado	11/02/2026
Publicação da listagem preliminar dos candidatos deferidos e indeferidos para concorrerem às vagas reservadas para pessoas com deficiência	11/02/2026
Prazo para recebimento de recurso quanto à homologação de inscrição, atendimento especial, reconhecimento da condição de jurado e/ou reserva de vaga para pessoas com deficiência	12/02/2026 a 13/02/2026
Publicação da listagem após recursos das inscrições homologadas e não homologadas	17/02/2026
Publicação da listagem após recursos dos candidatos com atendimento especial	17/02/2026
Publicação da listagem após recursos dos candidatos deferidos e indeferidos para concorrerem às vagas reservadas	17/02/2026
Publicação da listagem após recursos dos candidatos deferidos e indeferidos para concorrerem na condição de jurado	17/02/2026
Publicação da Concorrência	17/02/2026
Disponibilização do local, sala e carteira onde o candidato realizará a Prova Escrita Objetiva no SIGEPS	18/02/2026
Realização da prova escrita objetiva para todos os cargos	22/02/2026
Publicação do gabarito provisório para todos os cargos	23/02/2026
Prazo de recebimento de recursos quanto ao gabarito provisório	24/02/2026 a 25/02/2026
Publicação do gabarito definitivo	05/03/2026
Publicação do resultado final	06/03/2026

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Conteúdo comum aos cargos

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Leitura e compreensão de textos verbais e não verbais; 2. Adequação da linguagem às diversas situações sociocomunicativas: registro formal e informal; 3. Apreensão da significação das palavras no contexto de uso e relações de sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, heteronímia, polissemia e ambiguidade; 4. Domínio de mecanismos de coesão textual: estratégias de reiteração e sequenciação; 5. Classes de palavras: classificação e funcionamento textual-discursivo; 6. Domínio dos processos de coordenação e subordinação e da estrutura morfossintática da oração e do período; 7. Domínio dos processos sintáticos de concordância, regência e colocação pronominal; 8. Emprego do sinal indicativo de crase; 9. Emprego da acentuação gráfica; 10. Emprego dos sinais de pontuação.

CONHECIMENTOS DE SAÚDE COLETIVA: 1. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; 2. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; 3. Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014; 4. Política nacional de vigilância em saúde (pnvs); 5. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das adolescentes; 6. Portaria gm/ms nº 5.350, de 12 de setembro de 2024; 7. Atenção aos problemas/queixas mais comuns em saúde das mulheres; 8. Atenção às mulheres no pré-natal de baixo risco, puerpério e promoção do aleitamento materno; 9. Planejamento reprodutivo; 10. Prevenção de câncer de colo do útero; 11. Prevenção do câncer de mama; 12. Atenção às mulheres no climatério; 13. Atenção às mulheres em situação de violência sexual e/ou doméstica/intrafamiliar; 14. Saúde das mulheres idosas; 15. Saúde mental na atenção primária à saúde.

Conteúdo específico da área de formação

Educação Física: 1. Aspectos fisiológicos da mulher; 2. Aspectos biomecânicos da mulher; 3. Atividade física durante e após a gestação; 4. Exercício físico e menopausa: perda óssea, massa muscular e sintomas vasomotores; 5. Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) e Endometriose; 6. Prevenção de lesões em mulheres; 7. Saúde do assoalho pélvico; 8. Ciclo menstrual: Mudanças hormonais e efeitos no corpo; 9. Desenvolvimento físico e hormonal na puberdade feminina; 10. Tríade da Mulher Atleta

Enfermagem: 1. Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino. 2. Ciclo reprodutivo, climatério e menopausa. 3. Avaliação clínica ginecológica e obstétrica na atenção à saúde da mulher. 4. Políticas públicas de saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 5. Aspectos éticos, legais e jurídicos na atenção à saúde da mulher e na obstetria. 6. Assistência de enfermagem no pré-natal de baixo e alto risco. 7. Assistência de enfermagem ao parto e ao nascimento. 8. Assistência de enfermagem no puerpério. 9. Intercorrências obstétricas e intercorrências clínicas e cirúrgicas no contexto da saúde da mulher e da gestação. 10. Afecções ginecológicas. 11. Cirurgias ginecológicas. 12. Oncologia ginecológica. 13. Enfermagem em saúde sexual e reprodutiva. 14. Sexualidade, diversidade sexual e de gênero na atenção à saúde. 15. Saúde mental perinatal. 16. Assistência de enfermagem à mulher em situação de violência.

Farmácia: 1. Assistência Farmacêutica no SUS aplicada à Saúde da Mulher; 2. Farmacologia e Farmacovigilância na Saúde da Mulher; 3. Semiologia Farmacêutica e Interpretação de Exames Clínico-Laboratoriais; 4. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica: princípios e aplicação na Saúde da Mulher; 5. Farmacoterapia em Obstetria, Ginecologia e Oncologia Ginecológica; 6. Segurança do Paciente: prevenção de erros de medicação e uso racional de antimicrobianos; 7. Farmácia

Hospitalar e Gestão do Cuidado em Média e Alta Complexidade; 8. Interações Medicamentosas e Monitoramento Farmacoterapêutico; 9. Gestão da Assistência Farmacêutica: planejamento, logística e estudos de utilização de medicamentos; 10. Aspectos Hemoterápicos e Hemovigilância na Saúde da Mulher; 11. Resoluções CFF 585 e 586/2013 e Código de Ética Farmacêutica; 12. Competências Profissionais: comunicação, trabalho interprofissional e humanização do cuidado.

Fisioterapia: 1. Anatomia funcional da mama e dos sistemas reprodutor, urinário e gastrointestinal feminino; 2. Normatização da especialidade profissional de Fisioterapia na Saúde da Mulher; 3. Assistência fisioterapêutica em ginecologia ao longo das diferentes fases do ciclo vital feminino; 4. Assistência fisioterapêutica nas funções e disfunções dos músculos do assoalho pélvico feminino; 5. Assistência fisioterapêutica nas disfunções decorrentes dos tratamentos para câncer de mama e/ou ginecológico em curto, médio e longo prazo. 6. Assistência fisioterapêutica no ciclo gravídico-puerperal, contemplando a gestação de risco habitual e de alto risco, o parto e o puerpério (imediate, tardio e remoto).

Psicologia: 1. Psicologia e desenvolvimento humano: adolescência, vida adulta e envelhecimento feminino; 2. Configurações familiares, ciclo de vida familiar e seus impactos nos processos de saúde-doença da mulher; 3. A produção social do sofrimento psíquico e atenção psicológica às mulheres em contextos de violência e vulnerabilidade social; 4. Aspectos psicossociais do ciclo gravídico-puerperal e da parentalidade; 5. Saúde mental perinatal; 6. Luto, perdas e cuidados paliativos.

Serviço Social: 1. Estado, “Questão Social” e Serviço Social: a formação sócio-histórica do Brasil e a questão étnico-racial; 2. Política Social, Seguridade Social e Serviço Social: Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Benefícios assistenciais e previdenciários. Sistema Único de Saúde (SUS). Parâmetros para atuação de assistente sociais na saúde. Direitos dos usuários do SUS; Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Planos, Programas e Projetos Sociais; 3. Ética, Projeto Ético-Político do Serviço Social e Legislação Profissional: Código de Ética de 1993; Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/93); Resoluções do conjunto CFESS/CRESS sobre o trabalho profissional; 4. Processos de Trabalho, Instrumentalidade e Serviço Social: produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social; 5. Determinação Social da Saúde, promoção da saúde e Serviço Social; 6. Redes de proteção social, Intersetorialidade e Serviço Social; 7. Educação Popular em Saúde e Serviço Social; 8. Gestão Democrática, controle social, mobilização e participação popular; 9. Relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial: Políticas Nacionais de Saúde integral da população Negra, LGBTQIAPN+, das Mulheres, dos Povos indígenas, das pessoas com deficiência, da pessoa idosa e da criança e do adolescente; 10. Pesquisa e produção de conhecimentos: a dimensão investigativa no trabalho das/os Assistentes Sociais; 11. Serviço Social, Direitos Humanos e o trabalho com famílias: famílias contemporâneas e maternagem/parentalidade; Estatuto da Criança e Adolescente; Estatuto do idoso; Estatuto da pessoa com deficiência; 12. Feminismos e estratégias de lutas/mobilizações pelos direitos das mulheres. Violência contra a mulher e o marco legal de proteção das mulheres no Brasil. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006 e suas alterações). Lei do Femicídio. Violência obstétrica.



ANEXO II – DECLARAÇÃO DE USO DE NOME SOCIAL

(Documento **EXCLUSIVO** para pessoas transgênero/travesti/transsexual que solicitam uso de nome social)

À Comissão Permanente de Concursos da Universidade Estadual da Paraíba

Nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 10.908, de 08 de junho de 2017, eu,
_____, (nome civil da pessoa interessada),
enquanto pessoa transgênero/travesti/transsexual, portadora da Cédula de Identidade nº
_____ e inscrita no CPF sob o nº
_____, solicito ser tratada através do meu nome social
“_____” (indicação do nome social),
durante a realização das fases da Seleção da Residência Multiprofissional.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura da pessoa interessada